

CNS205 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (ECONOMIA)

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **1 (uma)** peça técnica e **4 (quatro)** questões subjetivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.

A peça técnica deverá ser respondida em até **60 (sessenta)** linhas e cada questão subjetiva, em até **30 (trinta)** linhas.

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folhas de textos definitivos.
- Confira o cargo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cargo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não** será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Peça Técnica Auditoria Governamental, Compliance, Gestão de Risco e Governança - Controle Externo da Administração Pública - Legislação Aplicável ao TCE-SC

1 (M1NSPT000-01_01)

O Órgão Central de Controle Interno do Município Alfa identificou possíveis irregularidades em contratação realizada pela Secretaria de Segurança Pública, no bojo do Pregão Eletrônico nº XX/2026, encaminhando representação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina com os indícios dessas irregularidades de forma fundamentada. Autuada a representação, os autos foram encaminhados à unidade técnica responsável do TCE-SC, que identificou possíveis irregularidades em referido pregão, destinado à contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema de videomonitoramento urbano, com valor estimado de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais).

Em sede de análise, a unidade técnica verificou os seguintes indícios de irregularidade, também apontados pelo órgão de controle interno:

- I. o edital exigiu que as licitantes possuissem sede operacional instalada no Estado de Santa Catarina como condição para participação no certame;
- II. o edital exigiu a prestação de garantia da proposta correspondente a 1% do valor estimado da contratação, configurando restrição indevida à competitividade;
- III. o edital vedou a participação de empresas reunidas em consórcio, sem apresentar justificativa técnica para essa restrição;
- IV. o Estudo Técnico Preliminar não analisou a possibilidade de parcelamento do objeto nem apresentou justificativa para sua contratação em lote único.

Ademais, constava, na documentação encaminhada em referida representação, resposta do jurisdicionado acerca dos questionamentos realizados na ocasião pelo Órgão de Controle Interno, tendo sido informados, pela Secretaria de Segurança Pública jurisdicionada, que:

- as exigências editalícias de sede operacional instalada no Estado de SC buscaram garantir maior segurança na execução contratual;
- a prestação de garantia da proposta protege a municipalidade e possui respaldo em lei;
- a vedação à participação de consórcios teve por finalidade facilitar a fiscalização da futura contratação;
- não houve qualquer prejuízo ao erário pelo não parcelamento do objeto, pois a licitação ainda se encontra em fase externa, e o contrato não foi celebrado.

Na qualidade de Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, elabore manifestação (dispensada a forma), devidamente fundamentada, a respeito dos seguintes pontos:

- A) competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise e julgamento da questão;**
- B) justificativas apresentadas pelo jurisdicionado, indicando quais argumentos merecem acolhimento e quais não afastam as irregularidades constatadas;**
- C) conclusão acerca da existência (ou não) de elementos suficientes para atuação do controle externo;**
- D) proposta de encaminhamento ao Conselheiro Relator, indicando as providências que entende cabíveis, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Conhecimentos Específicos Auditoria Governamental - Compliance - Gestão de Risco e Governança

1 (M2NSQD000-01_01)

João, residente no Município catarinense Alfa, encaminhou ao TCE-SC denúncia de irregularidades na execução de contrato firmado entre a Secretaria de Obras daquele Município e a empresa “Faz Tudo Ltda.”. A denúncia apresentava omissões e lacunas que geraram dúvidas na análise dos fatos denunciados, e que deveriam ser superadas para subsidiar sua análise e instrução.

Para suprir omissões e lacunas e sanar as dúvidas, a unidade de auditoria competente do TCE-SC instaurou um procedimento de fiscalização, colhendo as informações e os documentos pendentes. Para tanto, requereu a planilha de custos integrante do termo de referência e colheu fotografias no local de execução da obra.

Ato contínuo, ao analisar o conteúdo da documentação, a unidade de auditoria concluiu que as irregularidades apontadas procediam, e que havia possíveis danos ao erário, de significativo montante não apurado e quantificado nos autos da denúncia.

Para apurar esses atos, foi instaurado um novo procedimento de fiscalização com a finalidade de apurar a legalidade, a economicidade e a eficiência na execução do contrato e, nesse procedimento, confirmou-se o dano ao erário, sendo identificados os respectivos responsáveis.

Considerando as informações narradas na situação hipotética e as normas de auditoria aplicáveis ao TCE-SC, responda, justificadamente, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique o instrumento de fiscalização adequado para suprir as omissões e lacunas e sanar as dúvidas identificadas no processo de denúncia; indique também quais foram as técnicas de auditoria utilizadas pela equipe de auditoria.**
- B) Identifique o instrumento de fiscalização utilizado para apurar os atos danosos ao erário.**
- C) Para a apuração dos fatos danosos e o registro dos elementos de responsabilização dos envolvidos, indique o papel de trabalho que deve ser utilizado pela equipe de auditoria e apresente os elementos constitutivos desse papel de trabalho.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Controle Externo da Administração Pública

1 (M2NSQD000-02_01)

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, foram identificadas irregularidades na execução de contrato administrativo celebrado por determinado Município, consistentes em sobrepreço, pagamento por serviços não executados e ausência de comprovação de parte das despesas realizadas.

Ao final da instrução, a unidade técnica concluiu pela existência de dano ao erário e propôs a instauração de Tomada de Contas Especial.

Após o julgamento, o Tribunal proferiu decisão pela imputação de débito ao gestor e aplicação de multa.

Inconformado, o responsável pretende impugnar a decisão.

Com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE-SC) e na Resolução N. TC – 06/2021 (Regimento Interno do TCE-SC), responda, de forma fundamentada, em até 30 (trinta) linhas, aos itens a seguir.

- A) Explique a finalidade da Tomada de Contas Especial e indique em quais situações ela é cabível.**
- B) Indique quais decisões poderão ser proferidas pelo TCE-SC ao apreciar uma Tomada de Contas Especial.**
- C) Indique quais recursos poderão ser interpostos contra as decisões do TCE-SC, especificando seus respectivos efeitos.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão Discursiva Área de Habilitação Economia

1 (M3NSQD005-00_01)

Durante auditoria operacional destinada a avaliar a efetividade e a economicidade do *Programa Estadual Primeiro Emprego*, a equipe do Tribunal de Contas examinou política pública voltada à inserção de jovens no mercado de trabalho formal. O programa é voltado à ampliação da inserção de jovens de 18 a 24 anos no mercado de trabalho formal, com prioridade para jovens desempregados e para aqueles que buscam o primeiro emprego. A política oferece cursos de qualificação profissional, serviços de intermediação de mão de obra e subsídios temporários às empresas que contratarem jovens dessa faixa etária.

A equipe constatou que a política foi implementada, em 2024, em 20 municípios selecionados pela administração estadual. Outros 20 municípios, considerados comparáveis, somente recebem o programa a partir de 2026.

A equipe obteve os seguintes dados sobre a proporção de jovens de 18 a 24 anos residentes nos municípios que possuíam vínculo formal de emprego:

Grupo de municípios	2023, antes do programa	2025, após o programa
Municípios participantes	52%	61%
Municípios de comparação	54%	58%

Nos municípios participantes, o universo considerado na mensuração de 2025 era composto por 10.000 jovens de 18 a 24 anos. As despesas do programa destinadas a esse grupo totalizaram R\$ 40 milhões.

Com base na elevação da taxa de emprego dos municípios participantes de 52% para 61%, o gestor concluiu que o programa teria produzido 900 jovens empregados adicionais, com custo aproximado de R\$ 44,4 mil por jovem adicionalmente empregado.

Considerando essas informações, responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

A) Identifique o contrafactual utilizado na aplicação do método de Diferenças em Diferenças, e explicita a principal hipótese necessária para que a estimativa obtida possa ser interpretada como efeito do programa.

B) Calcule a variação da taxa de emprego em cada grupo e estime, pelo método de Diferenças em Diferenças, o efeito do programa sobre a taxa de emprego. Interprete, ainda, economicamente o resultado.

C) Avalie a conclusão apresentada pelo gestor, calculando o número estimado de jovens adicionalmente empregados e o custo público por jovem adicionalmente empregado. Identifique, também, duas ameaças distintas à interpretação causal do resultado e proponha, para cada uma delas, um procedimento de auditoria ou de análise econométrica capaz de examiná-la.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2 (M3NSQD005-00_02)

Durante auditoria operacional da política estadual de mobilidade, a equipe do Tribunal de Contas analisou uma rodovia urbana administrada por uma agência pública. O uso da rodovia não está sujeito a cobrança, embora o tráfego gere congestionamentos, poluição atmosférica e outros custos suportados também por pessoas que não realizam as viagens.

Estudos técnicos estimaram as seguintes funções, em que Q representa milhares de viagens por dia e os valores monetários são expressos em reais por viagem:

$$BMg(Q) = 120 - Q$$

$$CMgP(Q) = 20$$

$$CMgE(Q) = 0,25Q$$

em que, BMg representa o benefício marginal dos usuários, $CMgP$, o custo marginal privado, e $CMgE$, o custo marginal externo. A agência propôs instituir cobrança de R\$ 10,00 por viagem, afirmando que esse valor seria suficiente para corrigir integralmente a ineficiência.

Desconsiderando custos fixos e efeitos distributivos, responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique a falha de mercado presente no caso e determine a expressão do custo marginal social das viagens.**
- B) Calcule a quantidade de viagens no equilíbrio sem cobrança e a quantidade socialmente eficiente. Explique o motivo da diferença entre os resultados.**
- C) Avalie a proposta da agência, calculando a quantidade de viagens resultante da cobrança de R\$ 10,00 e o valor da cobrança pigouviana que conduziria à quantidade socialmente eficiente. Com base nos resultados, apresente recomendação técnica à agência.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

